

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

### FINANCING OF EDUCATION

Andressa Rafaela Rodrigues<sup>1</sup>  
Patricia Lucia Vosgrau de Freitas<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é aprofundar o conhecimento em gestão escolar no que se refere a financiamento da educação, origem e destinação de verbas, aplicabilidade, normativas, participação e envolvimento de pais e da comunidade. Para atingir este objetivo, o processo se iniciou com estudo da arte e observações participativas do cotidiano escolar e dos afazeres da equipe gestora no campo de estágio. Essa observação permitiu realizar pesquisas diagnósticas para embasar e adequar o planejamento das intervenções a serem realizadas nos três eixos: alunos, pais e professores. Os resultados são apresentados na seção de análise dos dados. Obteve-se noventa por cento da participação dos alunos, também em torno de noventa por cento de participação dos pais, superando o esperado. Já, com os professores, pode-se dizer que o resultado foi negativo e bem abaixo do esperado, em torno de trinta e sete por cento dos professores participaram das pesquisas e sessenta e três por cento participaram da intervenção. Estes resultados auxiliam na compreensão e elaboração de novas estratégias para tratar deste assunto, expandir essa discussão nos ambientes escolares e aumentar o conhecimento acadêmico do discente que cursa Licenciatura em Pedagogia.

**Palavras-chave:** Financiamento. Educação. Verbas. Participação.

**Abstract:** The objective of this study is to deepen the knowledge in school management regarding the financing of education, origin and destination of funds, applicability, norms, participation and involvement of parents and the community. In order to achieve this goal, the process began with a study of art and participatory observations of school daily life and the tasks of the management team in the internship field. This observation allowed us to carry out diagnostic research to support and tailor the planning of the interventions to be carried out in the three axes: students, parents and teachers. The results are presented in the data analysis section. Ninety percent of the students' participation, also around ninety percent of the parents' participation, surpassed that expected. Already, with teachers, it can be said that the result was negative and well below expectations, around thirty-seven percent of teachers participated in the research and sixty-three percent participated in the intervention. These results help in the understanding and elaboration of new strategies to deal with this subject, to expand this discussion in the school environments and to increase the academic knowledge of the undergraduate student in Pedagogy.

**Keywords:** Financing. Education. Funds. Participation.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia. Email para contato: bugorodrigues@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador/professor da Faculdade Santa Amélia SECAL, professora da Faculdade Santa Amélia – SECAL. Professora efetiva do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Email para contato: patricia@secal.edu.br

## Introdução

O presente artigo trata da questão do financiamento da educação pública municipal, a origem das verbas destinadas à educação em nosso país, as normativas legais de repasse e a aplicabilidade.

Inicialmente faz um resgate histórico mostrando como o financiamento educacional se deu ao longo dos anos no Brasil, as mudanças e transformações, bem como as legislações e lutas por educação pública de qualidade permitindo entender o cenário atual.

Depois, faz uma referência ao município de Ponta Grossa, como se dá atualmente e como se dava anteriormente o financiamento da educação para possibilitar uma comparação entre os dois métodos de repasse de verbas, o Programa Municipal Pró-Educação e o Programa de Adiantamento de Despesas (PAD).

Esta temática emergiu de uma necessidade, uma dificuldade encontrada no campo de estágio. Naquele dado momento, ocorreu uma mudança na forma do convênio financeiro entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e as APMs (Associação de Pais e Mestres) das Escolas Municipais, bem como das APMFs (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) dos CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) ocasionando certa desestabilização entre as equipes de gestão e inúmeras dúvidas nos funcionários das unidades escolares, bem como nos pais/responsáveis e na comunidade em geral. Além disso, o envolvimento, o conhecimento e o interesse da comunidade em assuntos dessa temática são baixos e insatisfatórios, portanto o fortalecimento da necessidade da discussão dessa temática.

Para poder planejar os planos de intervenção, foram utilizados procedimentos metodológicos de investigação que estão descritos na metodologia, e também a caracterização do campo de estágio. E ainda, uma descrição das intervenções.

Alguns resultados obtidos estão expressos na análise de dados e as considerações finais estão embasadas nos objetivos iniciais do projeto.

O presente artigo tem por objetivo geral ampliar os conhecimentos de Gestão Escolar acerca do financiamento da educação, além de proporcionar a observação da equipe de gestão frente às rotinas e ao trabalho no ambiente escolar; o planejar e as intervir abarcando os três eixos (alunos, professores e pais); coletar dados, analisar os resultados obtidos, refletir sobre tais e o processo como um todo e assim, aprofundar a teoria sobre financiamento de educação;

## **1 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL**

### **1.1 RESGATE HISTÓRICO: DO PERÍODO COLONIAL AOS DIAS ATUAIS.**

O sistema fiscal brasileiro, composto por suas receitas e gastos governamentais é tema de discussões ao longo de nossa história.

Os gastos públicos são decorrentes do atendimento às necessidades da sociedade e se refletem nos resultados das implementações das políticas públicas, que são prioridades governamentais, pelo menos deveriam ser, portanto sofrem alterações com o decorrer do tempo cronológico e dadas as necessidades do tempo histórico. Dessa forma, muito do que vivemos hoje, das crises que enfrentamos, são reflexos ou revérberos de políticas e atitudes anteriores.

[...] pletora de reformas de que está povoada a história da educação brasileira. Estas reformas vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo. A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai e vem dos dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional. (SAVIANI, 2008, p.11).

Para tratarmos dos gastos brasileiros com educação é necessário fazer um resgate histórico para que possamos compreender o momento atual e as concepções que cercam os investimentos na educação pública do país.

O sistema educacional constituído no período colonial foi empregado pelos padres jesuítas de 1549 a 1759, iniciando o processo de criação das escolas elementares e secundárias, seminários e missões pelo nosso território. Mantido por duzentos e dez anos através de esmolas dadas pelos ricos, da exploração do trabalho escravo nos engenhos e fazendas administradas por eles e da ajuda financeira advinda da coroa portuguesa por meio de um imposto

adicional chamado Redízima. Em 1564, a Coroa portuguesa adotou o plano da redízima, pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos. (SAVIANI, 2008)

Os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759, e a Coroa Portuguesa veio assumir a responsabilidade da educação somente em 1772, estabelecendo o sistema de Aulas Régias. Para arcar com as despesas da educação, foi instituído um novo imposto, o “subsídio literário” que era cobrado sobre a carne, o sal, o vinagre, o vinho e a aguardente.

[...] para que se pudesse manter este sistema de ensino, foi instituído o subsídio literário: imposto cujas rendas deveriam ser revertidas para o pagamento dos ordenados dos professores. Tal imposto incidia sobre o vinho, o vinagre, todos os tipos de aguardente e a carne fresca (ou carne verde). (MACHADO, 1972 apud MORAIS e OLIVEIRA, 2012, p. 84).

De acordo com Silva (2005), a extinção desse imposto se deu apenas em 1839, porém em 1827 já se percebia que os valores coletados eram insuficientes para manter as escolas estabelecidas.

A partir de 1824, entramos num período de elaborações de ordenamentos constitucionais, que ora estabeleciam responsabilidades fiscais com a educação, ora nem a esse direito se referiam.

A primeira Constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I em 1824, se referia a educação apenas no Título 8º - Das Disposições Gerais dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros – e somente no último artigo estabelece a “instrução primária” como gratuita a todos os cidadãos. (BRASIL, 1824). Com o Ato Adicional à Constituição de 1834, as províncias passaram a ser responsabilizadas pela instrução pública primária e secundária.

[...] e passaram a contar com o poder de criar um novo imposto, sobre vendas e consignações (IVC) que ocorressem em seus territórios. [...] Em, 1888, [...] havia a informação de que, em média, as províncias aplicavam 15% do IVC nas escolas públicas. (PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, 2006, p. 76).

Em 1891, com a promulgação da segunda Constituição Brasileira, a primeira do Regime Republicano, limitou-se a enunciar apenas o princípio educacional da laicidade. A partir da Proclamação da República com o crescimento expressivo do país a demanda de escolas primárias, secundárias e profissionais foi ascendente, até que em 1920 iniciou-se um amplo movimento de valorização do ensino.

Exemplo disso, foi o Manifesto dos Pioneiros que em 1932, iniciou uma possível solução ao vincular um percentual dos impostos federais, estaduais e municipais à educação. Desta manifestação resultou o dispositivo constitucional de 1934, que estabelecia 10% dos impostos federais e municipais e 20% dos estaduais fossem vinculados ao ensino. (PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, 2006, p.77).

Esta vinculação orçamentária foi prevista na Constituição de 1934, que dedicou um capítulo todo à educação com vários princípios, destacando aqui a gratuidade e obrigatoriedade do Ensino Primário. Estes princípios são mantidos na Constituição de 1937, porém esta exigia uma modesta contribuição mensal.

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para o caixa escolar. (BRASIL, 1937)

Em 1946 foi promulgada uma nova Constituição que contemplou todos os princípios previstos na anterior, a Constituição de 1934.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 4024/61, foi decretada e em relação ao financiamento, elevou a taxa da União para 12% e manteve 20% para os demais.

Em contrapartida, a Constituição de 1967, baixada pelo Regime Militar suspendeu a veiculação de recursos para a educação, quando somente a Emenda Calmon de 1982 retomou o projeto de aplicação mínima de 13% pela União e 25% pelos estados, Distrito Federal e municípios.

Outras formas de arrecadação foram sendo instituídas por lei: recursos da Loteria Federal, do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Fundo de Apoio Social (FAS), do Salário Educação (que consiste num tributo de 2,5%

sobre a folha de pagamento das empresas e se destina exclusivamente ao Ensino Fundamental).

Após viver um longo período de Regime Militar, foi na década de 1980 que as políticas, os movimentos, as perspectivas começaram a mudar a sociedade brasileira. Dessa forma a Carta Magna de 1988 dedica uma seção específica à educação e restabelece e eleva os percentuais de participação orçamentária.

Art. 212. A União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988).

Pode-se afirmar que o grande marco educacional foi a década de 1990 com a promulgação da Lei 9394/96, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- em vigência até os dias de hoje.

No ano de 1996, sob a Lei 9424, fora criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Visava à arrecadação de fundos para manutenção da educação, distribuídos pela União aos estados, municípios e o Distrito Federal na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas, com um período de vigência decenal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/94) dispõe de um capítulo destinado aos recursos financeiros, onde no Art.68 enumera de onde originar-se-à os recursos para a educação.

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de: I – receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; II – receita de transferências constitucionais e outras transferências; III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; IV – receita de incentivos fiscais; V – outros recursos previstos em lei. (BRASIL, 1996).

E no artigo seguinte, Art.69, fraciona os percentuais de aplicação para cada esfera.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18 (dezoito), e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25% (vinte e cinco por cento), ou o que consta nas respectivas constituições ou leis orgânicas,

da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (BRASIL, 1996).

Ainda, esta mesma lei, manifesta em seu artigo 76 que a complementação e a redistribuição destes recursos será de responsabilidade de cada segmento.

A Emenda Constitucional nº53 de 2006 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Nesse caso, a arrecadação seria distribuída pela União para o Distrito Federal, os estados e municípios proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial (BRASIL, 2006) ampliando a destinação de recursos públicos, que passaram então, a ser destinados à toda Educação Básica.

A Emenda Constitucional 059 de 2009 estabeleceu em seu artigo 214 a elaboração de um Plano Nacional de Educação com duração decenal e em inciso VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) (BRASIL, 2014). A meta de investimento seria de 10% do PIB até 2024.

#### **1.1.1 O processo de financiamento da educação municipal na cidade de Ponta Grossa: como tem ocorrido nos últimos anos.**

A cidade de Ponta Grossa, além de seguir os ordenamentos legais que regem a educação em nosso país, também assume a sua responsabilidade de criar dispositivos legais e de ordenamentos para organizar seu sistema público de educação, em conformidade com o Art. 11 da LDB 9396/96.

No que se refere à destinação de verbas e a ação complementar destas, o município, assume sua responsabilidade, de acordo com o explicitado no Art. 76 da LDB 9394/96. Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a administração pública vem disponibilizando meios de repasse e suplementação ao longo do tempo. Portanto, destacaremos os dois últimos modelos de repasse de verbas, o que está em vigência e o anterior. Haja vista, que a problemática deste trabalho, surgiu em função da alteração desse

plano, o que estava dificultando o entendimento, aceitação e o trabalho nas unidades escolares.

Em, 2007, fora instituído na cidade de Ponta Grossa/PR, o Programa Municipal Pró-Educação por meio da Lei 9065 de 15/08/2007, com o objetivo de atender, de forma rápida e eficiente, as necessidades de manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino e dos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, relativas a despesas de pequena monta. (PONTA GROSSA, 2007, Art. 1º)

Os recursos eram depositados bimestralmente, de acordo com o plano de trabalho da instituição, em uma conta especial em nome da APM/Escola ou APF/CMEI. (PONTA GROSSA, 2007, Art. 3º). Objetivava suprir de maneira mais ágil algumas necessidades encontradas no ambiente escolar, como a aquisição de materiais de expediente e papelaria e produtos de higiene e limpeza, denominados na lei como materiais de consumo, bem como a realização de pequenos serviços e/ou reparos nas instalações prediais, desde que estes prestadores de serviço fossem na forma de pessoa jurídica devidamente válidos.

Em consonância com a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, conhecida como Lei do Marco Regulatório, foi necessário fazer algumas alterações nessa forma de repasse de verbas.

A partir disso, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa instituiu o Programa Fundo Rotativo da Secretaria Municipal de Educação, decreto nº 13.244 de 14/07/2017. Esse novo programa viabiliza o repasse mensal de recursos financeiros às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para serem aplicados no ambiente educacional, destinados à manutenção, pequenos reparos, aquisição de material de consumo e outras despesas relacionadas. (Art. 1º, PONTA GROSSA, 2017).

Devido a regulamentações legais, o Programa Fundo Rotativo precisou sofrer alteração em sua nomenclatura, com isso a Lei nº 12.961 de 19/10/2017 veio a instituir o Programa de Adiantamento de Despesas (PAD) da Secretaria Municipal de Educação, contudo o propósito legislativo continua sendo o mesmo.



## 1.2 GESTÃO ESCOLAR: A RESPONSABILIDADE DO GESTOR FRENTE AS DECISÕES FINANCEIRAS

O princípio da gestão democrática, previsto na CF/88 e na LDB 9394/96 é um tema muito discutido na atualidade. Atuar de forma democrática requer a participação de todos os envolvidos no processo educacional, seja no âmbito da colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, seja entre os sujeitos que compõem os sistemas de ensino, nas redes estaduais e municipais. Portanto, a gestão escolar vem assumindo uma concepção democrático-participativa (LIBÂNEO, 2013).

Dentro desta concepção, observamos vários outros princípios que subsidiam a organização do processo educacional. O repasse dos recursos diretamente às escolas caracteriza claramente um princípio da política de descentralização. Libâneo (2013) considera que essa descentralização, seja de poder, de responsabilidade, de dever e financeira, resulta na autonomia de o indivíduo exercer sua função pelas suas próprias escolhas e atitudes. Como afirma Libâneo (2004), quando diz que “[...] a autonomia é a faculdade das pessoas de autogovernar-se, de decidir sobre seu próprio destino”.

No caso das unidades escolares, os gestores têm autonomia, ainda que relativa, para tomar as decisões frente ao uso dos recursos destinados à sua instituição.

Porém, se a gestão deve assumir o caráter democrático-participativo, não compete somente ao gestor assumir tal responsabilidade, as decisões devem ser tomadas em conjunto, com o próprio sistema de ensino (daí, a necessidade da apresentação de um Plano de Trabalho) e entre os membros da escola e da comunidade a qual pertence aquela escola (daí a importância de elaborar o Plano de Trabalho e compor e organizar os órgãos colegiados da Escola). O gestor escolar na dimensão política exerce o princípio da autonomia que requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. (LIBÂNEO, 2004).

O gestor, que compõe um sistema organizado na descentralização de recursos, responsabilidades e poder, não pode tomar para si (somente) as decisões e as escolhas, ele precisa partilhar e colocar em prática nas suas

ações, no seu trabalho, no seu cotidiano a democracia e a participação dos envolvidos.

Logo, o papel do gestor frente à utilização dos recursos financeiros disponíveis nas unidades escolares, perpassa a tomada de decisões por si próprio, as suas intenções, as suas concepções, e o seu subjetivismo e consiste num trabalho democrático, numa ação participativa e na tomada de decisões em coletivo.

## 2 ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

A palavra pesquisa no dicionário é definida como <sup>1</sup> ato ou efeito de pesquisar; <sup>2</sup> série de atividades dedicadas a novas descobertas, abrangendo todas as áreas do conhecimento; <sup>3</sup> investigação detalhada; <sup>4</sup> conjunto de exames de laboratório. (MICHAELIS ONLINE).

A pesquisa em si, pode estar presente no cotidiano, como por exemplo, uma pesquisa de preços entre os supermercados da cidade. Mas, quando nos referimos à pesquisa científica, conotamos um caráter mais sério e científico a essa investigação.

A pesquisa científica tem por objetivo fundamental e específico contribuir para uma descoberta em qualquer área.

A pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] sendo desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e utilização de métodos e técnicas científicas. (GIL, 2009, p.41).

A pesquisa a qual deu origem a este artigo pode ser classificada como aplicada, com o propósito de resolver um problema [...] ou desenvolver um novo processo ou produto (MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. 2006, P.71) e qualitativa ou mista, onde os descritores são analisados e transformados em números.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Escola Municipal, inaugurada em 2006, tem como patronesse uma professora escolhida pela Secretaria Municipal de Educação (SME) devido aos trabalhos prestados por ela à educação e a comunidade princesina.

A professora lecionou no primeiro segmento do ensino fundamental desde 1963, em escolas públicas dos municípios de Ponta Grossa e Telêmaco Borba. Tanto no exercício docente, como na direção escolar, seu trabalho foi marcado pela constante preocupação com a oferta de uma educação de qualidade para a população mais pobre. Desenvolveu inúmeras atividades visando incentivar a participação da comunidade no cotidiano escolar, em atividades culturais.

Desde março de 2014 a escola passou a atender como escola de tempo integral, onde não houve apenas uma ampliação do tempo da criança na escola, mas a educação passou a ser vista de forma global, havendo mudanças nos tempos, nos espaços, metodologias e concepções de ensino.

Após a reforma, a Escola passou a contar com dez salas de aula, onde atende as turmas de 1º ao 5º ano; um refeitório; biblioteca; sala de professores; da pedagoga e da diretora; sala de papelaria e materiais de expediente; pátio interno e externo coberto; quadra poliesportiva coberta; espaços que podem ser utilizados com gramado e areia; quatro banheiros, sendo dois masculinos e dois femininos (cada um com quatro divisões sanitárias) e um vestiário (hoje desativado e usado como almoxarifado para guardar materiais esportivos e de limpeza).

O quadro funcional da Escola é formado por: 04 (quatro) serventes; 03 (três) merendeiras; 01 (uma) escriturária; 16 (dezesesseis) professoras com formação superior em Licenciatura, sendo 13 (treze) em Pedagogia, 02 (duas) em Letras e 01 (uma) em Educação Física; 02 (duas) assistentes de inclusão (AI's) para alunos laudados, uma coordenadora pedagógica com especialização em Psicologia da Educação, com 25 (vinte e cinco) anos de trabalho no magistério e há 10 (dez) anos como Coordenadora Pedagógica; e a diretora também pós-graduada, trabalhando há 28 (vinte e oito) anos na área educacional e há 5 (cinco) anos como diretora, tendo sido eleita ao cargo.

A gestora considera a gestão de pessoas como maior dificuldade encontrada no exercício cotidiano da gestão, principalmente em relação às faltas excessivas ao trabalho, atestados, queixas, reclamações e problemas de saúde, laudos, perícias, que impossibilitam a realização de algumas atividades e afazeres.

A comunidade no entorno da escola caracteriza-se como periférica em desenvolvimento, tem água encanada, luz elétrica, rede de esgoto. Tem asfalto nas principais ruas, mas ainda várias ruas são esburacadas e com más condições. Não tem área de lazer, tanto que, a comunidade nos finais de semana invade o espaço da quadra escolar.

A missão da Escola é assegurar um ensino de qualidade, dinâmico e significativo, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na Escola, formando cidadãos críticos e conscientes preparados para a convivência em uma sociedade que os desafia diariamente e está em constante evolução.

Em consonância com a missão da escola está a visão, que se baseia na gestão democrática e tenciona para um processo de ensino-aprendizagem com qualidade, reflexivo e multicultural. De acordo com Craidy (2001), uma educação de qualidade acontece quando o educar modifica o pensamento do educador, e assim promovendo transformações na sua maneira de mediar ações pedagógicas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi construído sob a perspectiva da Gestão Democrática, com participação efetiva dos docentes, dos demais funcionários, da comunidade, dos pais (por meio de questionários), haja vista que a concepção da Escola em relação à Gestão Escolar é uma concepção democrática, participativa e deliberativa.

O projeto político pedagógico ao descrever a avaliação, concebe-a como um instrumento de investigação nas mudanças do aluno em relação ao conhecimento, que compreende diálogo entre os envolvidos, que oportuniza aos professores refletirem sobre suas práticas e metodologias. Realizadas de maneira formal ou informal, oral ou escrita, serve para demonstrar o nível de apropriação do conteúdo científico em função da sua relevância fora da escola, assumindo assim um caráter continuum. Na entrevista, a coordenadora relatou

serem realizadas avaliações escritas todas às sextas-feiras para observar o que os alunos aprenderam do trabalhado durante a semana para que a professora possa avançar ou retomar o conteúdo.

## 2.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O Estágio Supervisionado em gestão escolar compreendeu um processo de observação participativa, planejamento e intervenções que totalizou oitenta (80) horas. Organizadas e dispostas de forma em que as atividades estavam divididas e com o tempo necessário para realização de cada uma delas, a metodologia utilizada proporcionou o acompanhamento e a vivência das atividades desempenhadas pela equipe de gestão escolar.

Pode-se observar todas as demandas de trabalho dentro do ambiente escolar, que não são os docentes e pedagógicos; os trabalhos burocráticos, confecção de relatórios e organização de portfólios; a documentação necessária para o funcionamento da escola; as vistorias e liberações; acompanhamento e observação pedagógicos e da hora atividade; conselhos de classe; reuniões; festividades e comemorações.

Embora, o período de realização do estágio tenha abarcado o processo de eleição de diretores (as), isso não interferiu negativamente na aprendizagem nem na realização do mesmo, pelo contrário, contribuiu significativamente, agregando mais uma experiência a essa vivência.

Na escola, em que este trabalho foi realizado, houve mudança na equipe de gestão da escola, então, o processo de estágio permitiu observar o trabalho de equipes docentes distintas, tornando a experiência ainda mais enriquecedora.

O planejamento realizado para as intervenções foi embasado nos dados obtidos nas pesquisas realizadas com as três esferas (alunos, professores e pais), sempre objetivando o processo de ensino aprendizagem com interação entre os indivíduos, com práticas lúdicas para os alunos e com a participação de todos os envolvidos.

As intervenções ocorreram na seguinte ordem de acordo com a disponibilidade da escola:

a) ALUNOS: realizado com as duas turmas de 4º ano desta escola. O objetivo central foi que os alunos entendessem como ocorre a captação dos recursos financeiros destinados à educação pública, sua distribuição e a importância do trabalho da equipe gestora ao desempenhar seu papel aplicando os recursos.

A participação e o envolvimento dos alunos foi muito significativa e eles se demonstraram muito interessados e envolvidos em todas as atividades. A de maior destaque foi o jogo realizado com a turma, onde eles eram “os peões” de um jogo de tabuleiro gigante e precisavam cumprir tarefas ou fazer escolhas que são de responsabilidade da equipe gestora.

b) PAIS: a ação realizada com os pais objetivou demonstrar a importância da participação deles no cotidiano escolar; a necessidade de planejar antes de gastar e esclarecer como o financiamento educacional vem se dando ao longo da história do Brasil e, principalmente, em nossa cidade.

Os pais responderam quizz sobre economia doméstica; viram um resgate histórico do financiamento educacional brasileiro e a legislação vigente para poderem discutir como está a situação atualmente relacionando ao cenário municipal.

c) PROFESSORES: o enfoque principal na intervenção com os professores foi falar do processo de destinação de recursos financeiros ao longo da história do nosso país e em nossa cidade.

A valoração positiva dessa intervenção destaca-se nos conteúdos abordados, a exibição do vídeo do ganhador do prêmio Educador Nota 10 do ano de 2016; a roda de conversa sobre a história da educação no Brasil e seu financiamento, como os recursos ao longo dos anos vem sendo captados e distribuídos, e que refletem diretamente ao que vivemos hoje em dia; bem como a discussão acerca deste processo na rede municipal de Ponta Grossa.

Ao final de cada intervenção, foi exibido o clipe “I WAS HERE” da cantora Beyoncé. Este clipe foi utilizado na abertura da campanha humanitária da ONU de 2012. Sua letra e as imagens (desse clipe em especial) levam a reflexões distintas e múltiplas que podem ser levadas para a vida.

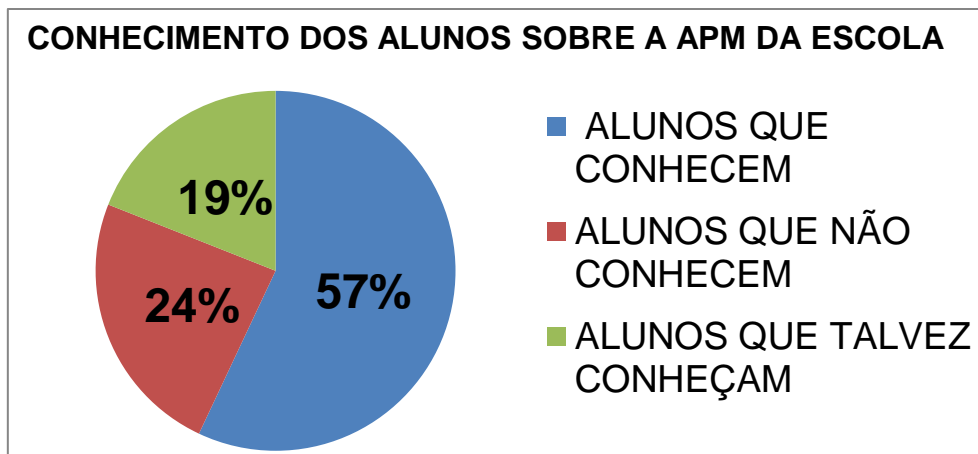
Cada participante recebeu um chaveiro em formato de pé com a frase “Eu estava aqui” em alusão a tradução do nome da música e frase marcante do refrão da mesma e com o propósito de fazer com que alunos, pais e professores se lembrem desse momento, do que foi falado nestas três experiências, que repensem duas atitudes e vivências, seus princípios e suas prioridades, suas escolhas e atitudes frente ao que se vive e vivencia, sobre deixar marcar positivas por onde cada um passa e sobre fazer o bem e importar-se com o outro.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Este elemento do presente artigo visa apresentar os dados provenientes das pesquisas quali-quantitativas realizadas com as alunos, pais e professores. Os dados serão apresentados por eixo acompanhados de sua respectiva análise.

#### **3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: EIXO ALUNOS**

Considerando que, somadas as duas turmas, totalizavam 50 alunos e foram obtidos quarenta e cinco questionários, então considerar-se-á este último valor como a totalidade, o equivalente a 100%. Sempre que o presente artigo se referir a totalidade dos alunos estará se referindo aos quarenta e cinco que participaram da pesquisa. Levando em consideração os dados obtidos na pesquisa com os alunos, eles foram satisfatórios, a maioria conhece a APM, sabe de onde vem os recursos e que é importante e necessário colaborar com a contribuição espontânea e economizar os produtos e materiais disponibilizados dentro da escola.

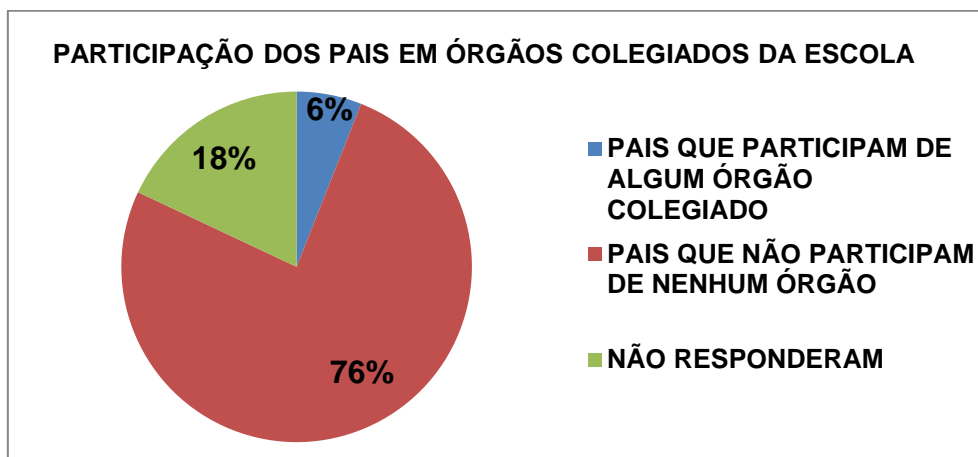


Dados obtidos através de pesquisa realizada pela acadêmica

### 3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: EIXO PAIS

Já, na pesquisa realizada com os pais/responsáveis, foram enviados cinquenta questionários e obteve-se a resposta de trinta e oito famílias, sendo assim, esse número será considerado como a totalidade.

Os pais/responsáveis conhecem os órgãos colegiados da Escola, consideram importante participar, necessário e muito importante o trabalho da APM e sua prestação de contas, mas os dados referentes a participação destes pais nos órgãos colegiados são baixíssimos.

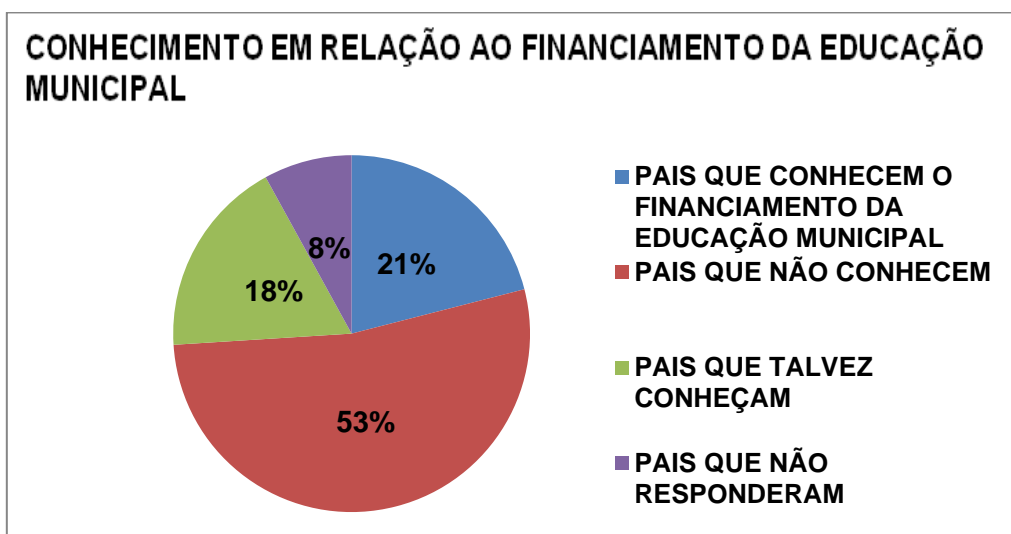


Dados obtidos através de pesquisa realizada pela acadêmica

Já, os dados que se referem ao entendimento, que se referem ao que eles sabem ou conhecem sobre financiamento educacional em nosso município, pelo menos, sua origem e aplicabilidade de verba, é muito preocupante, pois



demonstra a fragilidade do envolvimento e participação dos pais, da sociedade enfim, em assuntos relacionados a este tema, que é de tamanha importância.

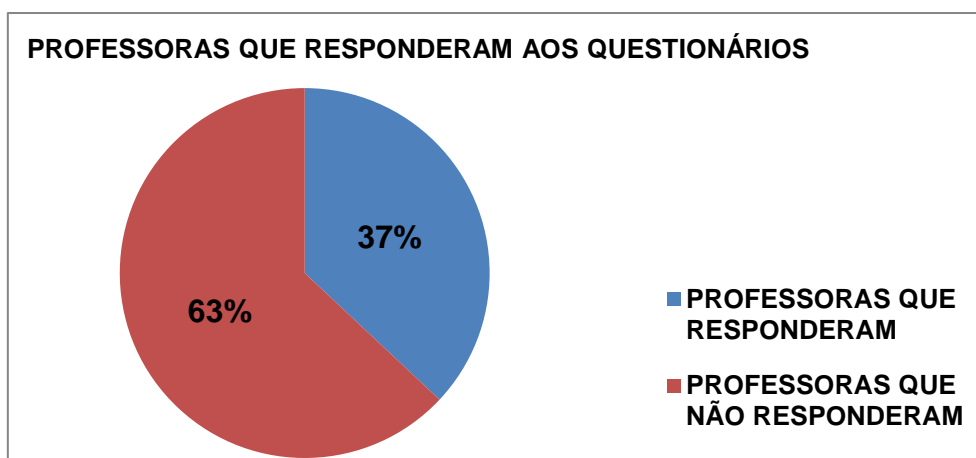


Dados obtidos através de pesquisa realizada pela acadêmica

### 3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: EIXO PROFESSORES

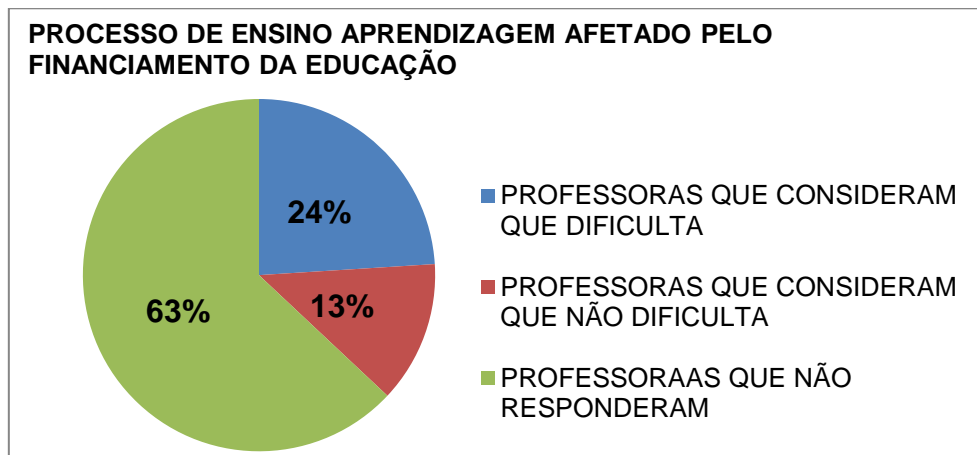
A participação esperada por parte dos professores era bem maior do que o envolvimento que realmente ocorreu. Dos dezesseis profissionais docentes apenas seis responderam o questionário.

Contudo, os gráficos irão mostrar os dados totais, se referindo aos números respondidos e aos não respondidos para que se possa visualizar a necessidade da participação destes profissionais e como a ausência destes dados prejudica uma análise mais profunda.



Dados obtidos através de pesquisa realizada pela acadêmica

Em relação ao tema, financiamento da educação, dentre as seis professoras que responderam, quatro consideram que ele afeta diretamente o processo de ensino aprendizagem e duas consideram não haver entrave. Mas, os dados daquelas não responderam fazem muita falta para uma análise mais ampla.



Dados obtidos através de pesquisa realizada pela acadêmica

### Considerações finais

Uma das dificuldades que levam a comunidade a não conhecer a aplicação dos recursos financeiros é a falta de tempo e interesse por assuntos públicos. As pessoas acham que não existe a necessidade de se inteirarem a determinadas questões que não lhe requerem factual ação. Ou seja, o dinheiro não está “realmente” nas suas mãos”, então não serão elas as responsáveis por gastá-lo, sendo assim não necessita envolvimento direto e assíduo nem demanda de tempo para integrar-se e participar.

O conhecimento do senso comum também impede um maior envolvimento com esse tema. As pessoas consideram que aquilo que vêem e ouvem nas redes televisivas (programas noticiários, principalmente), emissoras de rádio e/ou outros meios de comunicação já é o bastante, o verdadeiro e o correto. Por isso, já possuem o conhecimento necessário e já estão bem informados.

A falta de transparência, ainda mais que vivemos em um dado tempo histórico onde a corrupção toma proporções inimagináveis, o desvio de verbas e o lucro com a superfaturação de gastos e obras públicas são exibidos a todo o momento, faz com que o cidadão perca o interesse e até mesmo a credibilidade no outro e em órgãos públicos que deveriam ser de excelência, como é o caso das escolas. Essa falta de transparência, de debate, de poder deliberativo do cidadão e da população como um todo é um entrave para o envolvimento com as questões financeiras da Escola.

A partir disso, considera-se o objetivo geral como alcançado, pois ele consistia em ampliar o conhecimento em gestão escolar acerca do financiamento da educação pública e municipal. Através de leituras e estudos foi possível conhecer a origem, a destinação e as modalidades de repasse de verbas existentes atualmente e por meio das observações e das intervenções se pode descortinar essas ações na prática corroborando, então, para o processo de formação inicial em Licenciatura em Pedagogia.

Da mesma forma, os objetivos específicos foram atingidos, observou participativamente o cotidiano da equipe de gestão escolar, aprofundou-se a teoria sobre o financiamento da educação, se contextualizou o campo de estágio, sua comunidade e clientela que auxiliaram na elaboração de procedimentos metodológicos para coleta de dados que fundamentaram o planejamento das intervenções resultando na elaboração deste artigo científico num processo dialético de ação reflexão, de análise e construção de conhecimento.

A práxis do profissional formado no curso de Licenciatura em Pedagogia é ampla e abarca diversas funções e afazeres, deste modo, as vivências proporcionadas nos momentos de estágio supervisionado contribuem positivamente e significativamente na construção deste profissional.

## Referências

BRASIL. Emenda Constitucional Nº24, de 1º de dezembro de 1983. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc24-83.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc24-83.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em:

*Fac. Sant'Ana em Revista, Ponta Grossa, v. 5, nº 1, p. 86-107, 1. Sem. 2019*

Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 25 mai de 2018

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em 20 out 2017

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/fnde/legislacao>>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974. Cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6168.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6168.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Lei nº 9.766 de 18 de dezembro Ed 1998. Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9766.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm)>. Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>.

Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>

BRASIL. Lei 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>.

Acesso em 20 out de 2017

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

**Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de mai. de 2006, seção 1, p.11. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em 20 out de 2017

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. São Paulo: Alternativa, 2004

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos Para Quê?** São Paulo: Cortez, 2005

PIMENTA, S. G.; GONÇALVES, C. L. **Revedo o ensino de 2º grau, propondo a formação do professor**. São Paulo: Cortez, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido. **O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Unidade, Teoria e Prática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

*Fac. Sant'Ana em Revista, Ponta Grossa, v. 5, nº 1, p. 86-107, 1. Sem. 2019*

Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>

PONTA GROSSA. Lei 9065, de 15/08/2007. Institui o Programa Municipal Pró-Educação. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2007/907/9065/lei-ordinaria-n-9065-2007-institui-o-programa-municipal-pro-educacao>>. Acesso em 20 out de 2017

PONTA GROSSA. Lei 13.244 de 14/07/2017. Regulamenta a Lei Municipal nº 12.814/2017 que instituiu o Programa Fundo Rotativo da Secretaria Municipal de Educação, conforme especifica. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2017/1325/13244/decreto-n-13244-2017-regulamenta-a-lei-municipal-n-12814-2017-que-instituiu-o-programa-fundo-rotativo-da-secretaria-municipal-de-educacao-conforme-especifica>>. Acesso em 20 out de 2017

PONTA GROSSA. Lei nº 12.961 de 19/10/2007. Institui o Programa de Adiantamento de Despesas da Secretaria Municipal de Educação, visando efetuar o repasse de recursos financeiros às unidades escolares de ensino de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2017/1297/12961/lei-ordinaria-n-12961-2017-institui-o-programa-de-adiantamento-de-despesas-da-secretaria-municipal-de-educacao-visando-efetuar-o-repasse-de-recursos-financeiros-as-unidades-escolares-de-ensino-de-educacao-infantil-e-anos-iniciais-do-ensino-fundamental-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 20 out de 2017

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

*Recebido em 28/11/2018*

*Versão corrigida recebida em 03/12/2018*

*Aceito em 03/01/2019*

*Publicado online em 04/01/2019*